

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E
ESGOTO - CEDAE

3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 3ª Emissão de Debêntures da COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTO - CEDAE (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTO - CEDAE
- CNPJ/MF: 33.352.394/0001-04
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Hélio Cabral Moreira
- Atividades: (i) a exploração de serviços públicos e de sistemas privados de captação, produção, adução e distribuição de água e seus subprodutos, de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada de esgotos domésticos e industriais e seus subprodutos, de tratamento e disposição final adequada de resíduos sólidos domésticos e industriais, serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, outros serviços relativos à saúde da população, prestação de consultoria, assistência técnica e certificação nestas áreas de atuação e outros serviços de interesse para a Emissora e para o Estado do Rio de Janeiro, dentro ou fora de seus limites territoriais, podendo, para atingir tais fins, participar, majoritária ou minoritariamente, de consórcios ou sociedades com empresas privadas; e (ii) a cobrança e o recebimento de contas referentes às tarifas ou receitas fixadas pelo poder público para custeio da prestação dos serviços definidos na alínea "i", supra, cabendo-lhe cumprir e fazer cumprir as normas pertinentes ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, inclusive no tocante à aplicação de penalidades e interrupção da prestação desses serviços aos usuários faltosos.

Características da Emissão

- Emissão: 3ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 21/01/2013
- Data de Vencimento: 20/06/2017
- Banco Escriurador: Itaú Corretora de Valores Mobiliários S.A.
- Banco Mandatário: Itaú Unibanco S.A.

- Código Cetip/ISIN: CDAE13/ BRCEAEDBS0E9
 - Coordenador Líder: Banco Itaú BBA S.A.
 - Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio desta Emissão serão destinados (i) para financiamento de capital de giro e outras atividades usuais da Emissora; e (ii) ao pagamento das despesas da Emissão e da Oferta, inclusive a comissão do Coordenador Líder e as despesas de registro em cartório.
 - Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.
1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/ 83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE*, realizada em 29/04/2016, foi aprovada a alteração do caput do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, em virtude da deliberação de aumento do seu capital social.

Em AGE, realizada em 22/09/2016, foi aprovada a alteração do caput do artigo 17, alínea 'q', em virtude de deliberação de atualização mediante o início da regulação da CEDAE pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA.

Em AGE, realizada em 22/12/2016, foi aprovada a alteração do artigo 17, alínea 'q', em virtude de deliberação de adequação das competências do Conselho de Administração da Companhia quanto às questões relacionadas ao reajuste.

*Ademais, informamos que a mencionada AGE foi realizada juntamente com a AGO da Companhia.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- ➔ Atividade Principal: 36.00-6-01 - Captação, tratamento e distribuição de água;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: estatal;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- **Situação Financeira**

- ➔ Liquidez Geral: de 0,41 em 2015 para 0,42 em 2016;
- ➔ Liquidez Corrente: de 1,12 em 2015 para 1,30 em 2016;
- ➔ Liquidez Seca: de 1,10 em 2015 para 1,29 em 2016;
- ➔ Giro do Ativo: de 0,30 em 2015 para 0,32 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou uma redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 10,4% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também teve redução de 0,3% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou redução de 1,1% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante um aumento de 4,6% de 2015 para 2016, e uma variação negativa no índice de endividamento de 0,1% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,0000**
- **ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável**

- REMUNERAÇÃO*: (i) desde a Data de Emissão até 09/12/2015: 100% do DI + 1,69% a.a.; e (ii) desde 10/12/2015 até a Data de Vencimento: 100% do DI + 2,40% a.a.

*Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.

- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Amortização:

20/01/2016 – R\$ 188,700000
22/02/2016 – R\$ 188,700000
21/03/2016 – R\$ 188,700000
20/04/2016 – R\$ 188,700000
20/05/2016 – R\$ 188,700000
20/06/2016 – R\$ 188,700000
20/07/2016 – R\$ 188,700000
22/08/2016 – R\$ 188,700000
20/09/2016 – R\$ 188,700000
20/10/2016 – R\$ 188,700000
21/11/2016 – R\$ 188,700000
20/12/2016 – R\$ 188,700000

Juros:

20/01/2016 – R\$ 43,366283
22/02/2016 – R\$ 40,857033
21/03/2016 – R\$ 37,571011
20/04/2016 – R\$ 36,994523
20/05/2016 – R\$ 34,527263
20/06/2016 – R\$ 30,523878
20/07/2016 – R\$ 31,011528
22/08/2016 – R\$ 29,727287
20/09/2016 – R\$ 23,476746
20/10/2016 – R\$ 22,190900
21/11/2016 – R\$ 18,513100
20/12/2016 – R\$ 16,860677

- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 15.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 15.000

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: conforme item 4 acima;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.

6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar, entre outras obrigações, o índice financeiro previsto no item 5.1.1, alínea “(xxii)” da Escritura de Emissão.

		Dívida Líquida	
		R\$ (mil)	
Caixa, FIDC, Debênture - Balanço Patrimonial	1. Empréstimos e financiamentos	971.817	
	Circulante	273.839	
	Não Circulante	697.978	
Balanço Patrimonial	2. Parcelamentos tributários	320.620	
	Circulante	39.365	
	Não Circulante	281.255	
Balanço Patrimonial	3. Dividendo Min. Obrigatório	90.067	
	4. Total da dívida (1+2+3)	1.382.504	
Balanço Patrimonial	5. Disponibilidades	178.155	
	6. Dívida líquida (4-5)	1.204.349	
	7. EBITDA	906.929	
	8. Dívida Líquida / EBITDA (7/6)	1,33	

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, com garantia adicional real.

As Debêntures contam com a(s) seguinte(s) garantia(s): (i) cessão fiduciária de direitos creditórios sobre conta vinculada; e (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente**

fiduciário: (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	178.155	232.080
Contas a receber de clientes (Nota 8)	1.176.670	1.020.704
Estoques	7.716	27.205
Tributos a recuperar (Nota 15)	4.295	81.526
Outros	4.807	4.559
Total do ativo circulante	1.371.643	1.366.074
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos e bloqueios judiciais (Nota 17)	1.436.257	1.317.050
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	201.969	141.676
Contas a receber de clientes (Nota 8)	4.170	4.187
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 10)	213.821	252.800
Outros (Nota 9)	35.660	24.670
	1.891.877	1.740.383
Investimento (Nota 11)	-	14.541
Intangível (Nota 12)	10.222.326	10.110.808
Imobilizado (Nota 13)	80.154	79.492
	10.302.480	10.204.841
Total do ativo não circulante	12.194.357	11.945.224
Total do ativo	13.566.000	13.311.298

	2016	2015
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	273.839	359.046
Empreiteiros e fornecedores	167.784	183.729
Salários a pagar	39.058	40.267
Passivo atuarial (Nota 20)	93.232	85.979
Impostos e contribuições a recolher (Nota 15)	61.773	98.074
Parcelamentos tributários (Nota 16)	39.365	35.026
Dividendos a pagar (Nota 22 (c))	90.067	59.111
Outros parcelamentos (Nota 21)	63.524	75.462
Provisões de encargos trabalhistas	182.545	166.034
Outras contas a pagar	44.771	113.245
Total do passivo circulante	1.055.958	1.215.973
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	697.978	702.850
Parcelamentos tributários (Nota 16)	281.255	283.258
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18)	887.372	1.084.539
Outros parcelamentos (Nota 21)	75.822	68.786
Provisão para contingências (Nota 17)	2.309.863	2.174.405
Passivo atuarial (Nota 20)	2.028.922	1.770.517
Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 10)	174.465	143.630
Outras contas a pagar (Nota 19)	241.253	173.978
Total do passivo não circulante	6.696.930	6.401.963
Patrimônio líquido (Nota 22)		
Capital social	1.349.922	1.172.589
Reserva de capital	13.964	13.964
Reservas de lucros	780.219	540.389
Outros resultados abrangentes	3.669.007	3.966.420
Total do patrimônio líquido	5.813.112	5.693.362
Total do passivo e do patrimônio líquido	13.566.000	13.311.298

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 2

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2016	2015
Receita operacional líquida (Nota 23)	4.281.350	4.057.307
Custo dos serviços prestados (Nota 24 (a))	<u>(1.816.863)</u>	<u>(1.586.792)</u>
Lucro bruto	<u>2.464.487</u>	<u>2.470.515</u>
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas comerciais (Nota 24 (b))	(874.973)	(824.590)
Despesas administrativas (Nota 24 (c))	(405.953)	(431.492)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 26)	<u>(558.482)</u>	<u>(610.089)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	<u>625.079</u>	<u>604.344</u>
Receitas financeiras (Nota 25 (b))	211.582	170.309
Despesas financeiras (Nota 25 (a))	<u>(203.831)</u>	<u>(330.700)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	632.830	443.953
Imposto de renda e contribuição social (Nota 18 (a))	<u>(253.603)</u>	<u>(195.064)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>379.227</u>	<u>248.889</u>
Quantidade de lotes de mil ações preferenciais e ordinárias no fim do exercício	<u>611.190.898</u>	<u>611.190.898</u>
Lucro líquido básico e diluído por ação (em reais) (Nota 22.b)	<u>0,62</u>	<u>0,41</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros, Administradores e Acionistas da
Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE
Rio de Janeiro-RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do passivo atuarial

Em 31 de dezembro de 2016, as obrigações atuariais da Companhia incluem os planos de previdência complementar Prece I, Prece II, Prece III, Prece CV, o plano de assistência médica Caixa de Assistência dos Servidores - CAC e o prêmio aposentadoria, conforme divulgado na nota explicativa nº 20, e totalizam R\$2.122.154 mil.

O monitoramento deste assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, porque o processo de mensuração deste passivo é complexo e envolve um alto grau de subjetividade que é baseado em cálculos atuariais, que utilizam diversas premissas tais como; taxa de desconto, a taxa de retorno esperada sobre os ativos de fundo de pensão; aumentos salariais futuros, tábuas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o uso de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologias usadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas taxa de desconto e hipóteses biométricas e demográficas. Adicionalmente verificamos: (i) avaliação da exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; e (ii) realização de cálculo independente.

Provisão para risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2016, a provisão para risco de crédito totaliza R\$ 11.152.684 mil, dos quais R\$737.294 mil representam o incremento da provisão em 2016 tendo como contrapartida o resultado do exercício, conforme divulgado na nota explicativa nº 8.4.

O monitoramento deste assunto foi considerado significativo para nossa auditoria pois o volume dos montantes provisionados possui grande relevância. Adicionalmente, a avaliação do risco de perda nas contas e a mensuração da correspondente provisão é um processo que envolve um elevado grau de subjetividade envolvendo diversos fatores tais como idade de saldos vencidos e não pagos e histórico de inadimplência de clientes.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise do histórico de inadimplência; teste dos saldos a receber por idade de vencimento e análise de recebimentos subsequentes dos saldos vencidos e o recálculo da provisão para riscos de crédito, efetuada pela Administração da Companhia.

Mensuração da provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais quantificados em R\$3.902.873 mil, dos quais R\$2.309.863 mil estão registrados na rubrica provisão para contingências em função da sua probabilidade provável de perda (R\$1.593.010 mil representam causas com prognóstico de perda possível e remoto), como definido pela Administração e seus consultores legais conforme divulgado na nota explicativa nº 17, incluindo a divulgação dos casos cuja probabilidade de perda seja possível.

O monitoramento deste assunto foi considerado significativo para nossa auditoria pois a mensuração do passivo relacionado as provisões para contingências a ser reconhecido e divulgado envolve um alto grau de julgamento profissional relacionado a determinação da probabilidade de perda e ao valor do risco relacionado as demandas, que podem ser de natureza tributária, cível, trabalhista, previdenciário e ambiental.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a circularização aos advogados (quanto aos valores e prognósticos de perda das demandas envolvendo a Companhia); o confronto das informações resultantes do processo de circularização com aquelas registradas pela Companhia; a obtenção de representações formais do departamento jurídico da Companhia e da Administração. Nossos procedimentos incluíram também a utilização de profissionais especializados em tributos para nos auxiliar na revisão dos prognósticos de perda e valores correspondentes as causas de maior risco e complexidade.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4